

| Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais) | | | |
|--|----------|----------|--|
| | 2015 | 2014 | |
| Ativo | | | |
| Circulante | 415.510 | 354.702 | |
| Disponibilidades | 7 | 10 | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 40.800 | 14.553 | |
| Aplicações no mercado aberto (Nota 4) | 40.800 | 14.553 | |
| Operações de crédito | 315.563 | 294.519 | |
| Setor privado (Nota 5.a) | 334.623 | 318.180 | |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5.e) | (19.600) | (23.661) | |
| Outros créditos | 12.689 | 12.022 | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.b) | 5.110 | 3.344 | |
| Títulos e créditos a receber (Nota 5.a) | - | 362 | |
| Outros créditos diversos (Nota 6) | 7.579 | 8.425 | |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.e) | - | (109) | |
| Outros valores e bens (Nota 7) | 46.451 | 33.598 | |
| Realizável a longo prazo | 514.941 | 540.790 | |
| Operações de crédito | 495.987 | 522.430 | |
| Setor privado (Nota 5.a) | 518.185 | 540.173 | |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (Nota 5.e) | (22.188) | (17.740) | |
| Outros créditos | 18.944 | 18.363 | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.b) | 18.944 | 18.363 | |
| Permanente | 998 | 1.152 | |
| Imobilizado de uso | 526 | 971 | |
| Imobilizado de uso | 1.202 | 1.515 | |
| Depreciações acumuladas | (676) | (544) | |
| Intangível | 472 | 181 | |
| Intangível | 1.150 | 728 | |
| Amortizações acumuladas | (678) | (547) | |
| Total do ativo | 931.449 | 896.650 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais) | | | | | | |
|--|----------------|--------------------|-------------|----------------------------|-------------------|---------|
| | Capital social | Reservas de lucros | | Outros result. abrangentes | Lucros acumulados | Total |
| | | Legal | Estatutária | | | |
| Em 31 de dezembro de 2013 | 100.000 | 5.852 | 68.389 | (295) | - | 173.946 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | 1.570 | 1.570 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | - | - | 286 | - | 286 |
| Destinações: | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | 78 | - | - | (78) | - |
| Reservas de lucros | - | - | 1.492 | - | (1.492) | - |
| Em 30 de junho de 2014 | 100.000 | 5.930 | 69.881 | (9) | - | 175.802 |
| Varição do semestre | - | 78 | 1.492 | 286 | - | 1.856 |
| Em 31 de dezembro de 2014 | 150.000 | 6.584 | 27.600 | - | - | 184.184 |
| Lucro líquido do semestre | - | - | - | - | 2.440 | 2.440 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | - | - | (17) | - | (17) |
| Destinações: | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | 122 | - | - | (122) | - |
| Reservas de lucros | - | - | 2.318 | - | (2.318) | - |
| Em 30 de junho de 2015 | 150.000 | 6.706 | 29.918 | (17) | - | 186.607 |
| Varição do semestre | - | 122 | 2.318 | (17) | - | 2.423 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional - O Banco Moneo S.A. iniciou suas atividades em 01 de julho de 2005 e atua sob a forma de banco múltiplo, estando autorizado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar nas carteiras "investimento", "crédito, financiamento e investimento" e de "arrendamento mercantil", tendo como objetivo básico a realização de financiamento para aquisição de bens e serviços, visando o atendimento das necessidades dos clientes da Marcopolo S.A., empresa líder do grupo Marcopolo ao qual o Banco pertence. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi datada pela Diretoria em 14 de agosto de 2015. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** **a. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Apuração de resultados:** As receitas e despesas estão contabilizadas pelo regime de competência. **c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez estão contabilizadas pelos valores de realização e os rendimentos estão contabilizados em função do prazo decorrido até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 do BACEN e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, em três categorias a saber: **(i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **(ii) Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e **(iii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito estão classificadas observando os parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação por níveis de risco (de AA até H). As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência. A atualização ("accrual") das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa está constituída em montante considerado suficiente pela administração para cobertura de eventuais perdas, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela administração, na determinação dos riscos de crédito. **f. Ativo permanente:** O imobilizado de uso está registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear com base na vida útil dos bens, estimada em cinco anos (sistema de processamento de dados) e dez anos (móveis e equipamentos de uso). O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software e está sendo amortizado em 5 anos. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado ao seu valor recuperável quando este for maior que seu valor recuperável estimado. **g. Imposto de renda e contribuição social:** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos econômicos de lucros tributários futuros e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120 e a

| | 2015 | 2014 |
|-------|--------|--------|
| LTN | 40.800 | 14.553 |
| Total | 40.800 | 14.553 |

O valor aplicado refere-se a títulos lastreados em LTN aplicados em "overnight" (aplicação com resgate no dia subsequente). **5. Operações de crédito** - As operações de crédito são compostas de empréstimos, financiamentos, comprar e descontos de duplicatas concedidos a pessoas físicas e jurídicas (indústria, comércio e serviços), decorrentes de operações de crédito pessoal e de aquisições de bens principalmente vinculados a empresa Marcopolo S.A. do Grupo Marcopolo, ao qual também pertence o Banco. Parte substancial das operações de Financiamento são oriundas de operações de

| c. Composição da carteira por vencimento: | | | | | | |
|---|-------------|---------------------|---------|----------------|----------|----------|
| Vencimento | Empréstimos | Títulos descontados | Compror | Financiamentos | 2015 | 2014 |
| Vencidos | 6.600 | 2.298 | 584 | 8.689 | 18.171 | 18.597 |
| A vencer | | | | | | |
| Até 3 meses | 18.619 | 13.891 | 4.334 | 62.703 | 99.547 | 100.758 |
| De 3 a 12 meses | 38.211 | 1.190 | 159 | 177.345 | 216.905 | 199.187 |
| De 1 a 3 anos | - | - | - | 331.109 | 371.835 | 375.105 |
| Após 3 anos | - | - | - | 135.680 | 146.350 | 165.068 |
| Total da carteira | 114.826 | 17.379 | 5.077 | 715.526 | 852.808 | 858.715 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (22.123) | (238) | (51) | (18.836) | (41.248) | (41.510) |
| Total líquido | 92.703 | 17.141 | 5.026 | 696.690 | 811.560 | 817.205 |

d. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa: Conforme disposto no art. 3º, da Resolução nº 2.697/00, apresentamos a composição da carteira de operações de crédito, distribuídas nos correspondentes níveis de risco, de acordo com a classificação prevista no art. 1º, da Resolução nº 2.682/99, bem como outras provisões com avais e fianças concedidas e para outros créditos, que obedeceram a mesma norma do BACEN.

| Carteira | | | | | |
|-----------------|------------------------|----------------------|---------------------|---------|---------|
| Níveis de risco | Percentual de provisão | Operações de crédito | Avais e fianças (*) | 2015 | 2014 |
| AA | 0,0% | 2.877 | - | 2.877 | 4.735 |
| A | 0,5% | 226.411 | 9.189 | 235.600 | 256.969 |
| B | 1,0% | 402.175 | - | 402.175 | 444.025 |
| C | 3,0% | 112.690 | 9.732 | 122.422 | 57.153 |
| D | 10,0% | 26.923 | 508 | 27.431 | 57.713 |
| E | 30,0% | 63.471 | 94 | 63.565 | 35.901 |
| F | 50,0% | 13.540 | - | 13.540 | 4.003 |
| G | 70,0% | 1.704 | - | 1.704 | 277 |
| H | 100,0% | 3.017 | - | 3.017 | 15.896 |
| Total | | 852.808 | 19.523 | 872.331 | 876.072 |

| Provisão | | | | | |
|-----------------|------------------------|----------------------|---------------------|--------|--------|
| Níveis de risco | Percentual de provisão | Operações de crédito | Avais e fianças (*) | 2015 | 2014 |
| AA | 0,0% | - | - | - | - |
| A | 0,5% | 1.132 | 46 | 1.178 | 1.281 |
| B | 1,0% | 4.022 | - | 4.022 | 4.440 |
| C | 3,0% | 3.381 | 292 | 3.673 | 1.715 |
| D | 10,0% | 2.692 | 51 | 2.743 | 5.771 |
| E | 30,0% | 19.041 | 28 | 19.069 | 10.072 |
| F | 50,0% | 6.770 | - | 6.770 | 2.002 |
| G | 70,0% | 1.193 | - | 1.193 | 194 |
| H | 100,0% | 3.017 | - | 3.017 | 15.896 |
| Total | | 41.248 | 417 | 41.665 | 42.070 |

(*) Avais e fianças - As garantias prestadas pelo Banco em função de avais e fianças concedidas montam a R\$ 19.523 (R\$ 17.357 em

Senhores Acionistas, Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os balanços patrimoniais em 30 de Junho de 2015 e de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas aos exercícios findos nessas datas. Caxias do Sul, 14 de agosto de 2015. A Administração.

| Demonstrações de resultados Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais) | | | |
|---|----------|----------|--|
| | 2015 | 2014 | |
| Receitas da intermediação financeira | 39.690 | 36.343 | |
| Operações de crédito | 37.916 | 35.066 | |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 1.774 | 1.277 | |
| Despesas da intermediação financeira | (21.532) | (24.632) | |
| Operações de captação no mercado | (2.464) | (154) | |
| Operações de empréstimos e repasses | (9.541) | (9.182) | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5.f) | (9.527) | (15.296) | |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 18.158 | 11.711 | |
| Outras receitas (despesas) operacionais | (13.645) | (7.759) | |
| Rendas de tarifas bancárias | 603 | 423 | |
| Despesas de pessoal | (5.917) | (4.951) | |
| Outras despesas administrativas (Nota 17) | (2.052) | (2.274) | |
| Despesas tributárias (Nota 18) | (1.545) | (1.286) | |
| Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (Nota 19) | (4.734) | 329 | |
| Resultado operacional | 4.513 | 3.952 | |
| Resultado não operacional (Nota 20) | (302) | (1.183) | |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | 4.211 | 2.769 | |
| Imposto de renda e contribuição social | (1.771) | (1.199) | |
| Corrente (Nota 15.a) | (4.634) | (3.905) | |
| Diferido (Nota 15.a) | 2.863 | 2.706 | |
| Lucro líquido do semestre/exercício | 2.440 | 1.570 | |
| Lucro líquido do semestre/exercício por ação - R\$ | 0,016 | 0,016 | |

As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.

| Demonstrações do valor adicionado Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais) | | | |
|---|----------|----------|--|
| | 2015 | 2014 | |
| Receitas | | | |
| Receitas de intermediação financeira | 39.051 | 35.468 | |
| Receita de prestação de serviços | 603 | 423 | |
| Outras receitas (despesas) operacionais e não operacionais | (4.398) | 21 | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (9.526) | (15.296) | |
| Total | 25.730 | 20.616 | |
| Recursos obtidos de terceiros | | | |
| Despesas de intermediação financeira | (12.005) | (9.336) | |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (1.310) | (1.629) | |
| Valor adicionado total bruto | 12.415 | 9.651 | |
| Depreciação | (150) | (144) | |
| Valor adicionado líquido produzido pelo Banco - Total a distribuir | 12.265 | 9.507 | |
| Distribuição do valor adicionado | | | |
| Pessoal e encargos | 4.391 | 3.712 | |
| Remuneração direta | 642 | 572 | |
| Benefícios | 368 | 217 | |
| FGTS | 5.401 | 4.501 | |

Impostos, taxas e contribuições

| | | |
|------------|-------|-------|
| Federais | 3.661 | 2.898 |
| Estaduais | 1 | 1 |
| Municipais | 170 | 36 |
| Total | 3.832 | 2.935 |

Remuneração de capitais de terceiros

| | | |
|----------|-----|-----|
| Aluguéis | 592 | 501 |
| Total | 592 | 501 |

Remuneração de capitais próprios

| | | |
|----------------|-------|-------|
| Lucros retidos | 2.440 | 1.570 |
| Total | 2.440 | 1.570 |

Valor adicionado distribuído

| | | |
|-------|--------|-------|
| Total | 12.265 | 9.507 |
|-------|--------|-------|

As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.

repassa BNDES. A rubrica de "outros créditos com característica de concessão de créditos" refere-se a operações recebidas em transferência (recompra) de instituições financeiras com as quais o Banco figura como avalista em operações de Fimame Leasing. As operações de crédito do Banco são suportadas por garantias vinculadas à alienação fiduciária, duplicatas e hipotecas que podem representar de 100% a 130% do total do crédito concedido. **a. Composição das operações de crédito por modalidade:**

| | 2015 | 2014 |
|---|----------|----------|
| Empréstimos | 114.826 | 113.690 |
| Títulos descontados | 17.379 | 20.509 |
| Compror | 5.077 | 5.474 |
| Financiamentos | 715.526 | 718.680 |
| Total | 852.808 | 858.353 |
| Circulante | 334.623 | 318.180 |
| Realizável a longo prazo | 518.185 | 540.173 |
| Total | 852.808 | 858.353 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (41.248) | (41.401) |
| Total líquido | 811.560 | 816.952 |

b. Concentração dos maiores tomadores de crédito:

| Concentração das operações de crédito em 30 de Junho | | | | | |
|--|---------|--------|---------|--------|--|
| | 2015 | % | 2014 | % | |
| 10 maiores devedores | 118.113 | 13,85 | 122.273 | 14,24 | |
| 50 seguintes maiores devedores | 253.005 | 29,67 | 280.678 | 32,68 | |
| 100 seguintes maiores devedores | 203.209 | 23,83 | 215.266 | 25,07 | |
| Demais devedores | 278.481 | 32,65 | 240.498 | 28,01 | |
| Total | 852.808 | 100,00 | 858.715 | 100,00 | |

Total das operações de crédito e outros créditos 852.808 858.715
Total da provisão para créditos de liquidação duvidosa (41.248) (41.510)
Total geral líquido 811.560 817.205

2014 registradas em contas de compensação e referem-se a fianças e avais concedidos em operações de Fimame, Fimame Leasing e Leasing. Para fazer frente a eventuais perdas devido a necessidade de honrar tais avais e fianças, foi provisionado o montante de R\$ 417 (R\$ 560 em 2014), classificado em "Outras obrigações", no passivo circulante de R\$ 157 (R\$ 493 em 2014) e exigível a longo prazo R\$ 260 (67 em 2014) para atendimento ao disposto no art. 6º da Resolução nº 2.682/99. A operação de Avais foi descontinuada pelo Banco a partir de 05/2010 e vem sendo amortizada mensalmente conforme a liquidação dos clientes junto ao banco credor. Durante o semestre, os créditos renegociados totalizaram R\$ 16.942 (R\$ 3.800 em 2014), as baixas de créditos em atraso há mais de 360 dias totalizaram R\$ 6.202 (R\$ 5.823 em 2014) e as recuperações de créditos baixados para prejuízo foram de R\$ 535 (R\$ 649 em 2014). A carteira de renegociação em 30 de junho de 2015 totaliza R\$ 54.879, e apresenta 29,77% de provisionamento. **e. Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosas - PCLD**

| | 2015 | 2014 |
|--|------|------|
| | | |

Processos civis - São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Banco. O valor das contingências possíveis não provisionadas totalizam o montante de R\$ 1.413 (R\$ 1.379 em 2014) referente a processos civis relativos a revisionais de contrato, indenizações, entre outros, composto por um total de 22 ações em 2015 e 20 ações em 2014. **Processos trabalhistas** - tratam-se de processos acionados por ex-funcionários do Banco. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos do Grupo Marcopolo, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais, bem como quando houver expectativa de desembolso futuro de caixa. **Obrigações legais - fiscais** - Consiste principalmente, em ação de revisão na base de cálculo do PIS e da COFINS, cuja possibilidade de perda é provável. O Banco realizou o recolhimento de tais valores na forma de depósitos judiciais até julho de 2011, estes valores estão apresentados na conta "Outros créditos - diversos" na rubrica de Recursos fiscais conforme Nota 6. A partir de agosto de 2011, considerando a possibilidade provável de perda, o Banco deixou de recolher os mesmos na forma de depósito judicial, e passou a recolhê-los mensalmente de forma integral. **13. Resultados de exercícios futuros** - Constituídos por receitas com avais e fianças concedidos em operações de arrendamento mercantil "Leasing" e "Finame Leasing" em que o Banco figura como avalista, a serem apropriados em resultados futuros conforme abaixo:

| | 2015 | 2014 |
|------|------------|------------|
| 2014 | - | 230 |
| 2015 | 90 | 168 |
| 2016 | 31 | 3 |
| | <u>121</u> | <u>401</u> |

14. Patrimônio líquido: a. Capital social - O capital social da Instituição pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país e é composto de 150.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal no montante de R\$ 150.000.000,00. **b. Reservas de lucros** - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva estatutária em 30 de junho de 2015 no montante de R\$ 29.918 corresponde aos saldos remanescentes dos lucros acumulados à disposição da Assembleia Geral Ordinária conforme prevista no Art. 27.c do Estatuto Social. A referida reserva visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado. **c. Dividendos** - Conforme Art. 27 do estatuto é assegurada a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de março de 2015, foram pagos dividendos, aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de março de 2015, relativos à data-base 31 de dezembro de 2014. No semestre foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

| | 2015 | 2014 |
|-----------------------------------|---------|---------|
| Saldo anterior, em 31 de dezembro | 4.707 | 5.797 |
| Pagamentos realizados no semestre | (4.707) | (5.797) |
| Saldo atual, em 30 de junho | - | - |

Os resultados do primeiro semestre 2015 foram destinados a constituição de Reserva Legal e Reserva Estatutária, conforme previsto no estatuto. **15. Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social correntes** - Conciliação do resultado de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro do período:

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro antes da tributação sobre o lucro | 4.211 | 2.769 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 40% | (1.685) | (1.108) |
| Adições permanentes no imposto corrente | (137) | (143) |
| Benefícios fiscais Vale cultura e PAT | 39 | 40 |
| Outras adições, liquidas | 12 | 12 |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | (1.771) | (1.199) |
| IRPJ corrente | (2.877) | (2.421) |
| CSLL corrente | (1.757) | (1.484) |
| IRPJ diferido | 1.739 | 1.638 |
| CSLL diferido | 1.124 | 1.068 |
| | <u>(1.771)</u> | <u>(1.199)</u> |

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Em 30 de junho, o ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias está registrado no grupo "Outros Créditos" e é assim representado:

| | 2015 | 2014 |
|---|---------------|---------------|
| Auração | | |
| Diferenças temporárias | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 5.e) | 41.665 | 42.070 |
| Créditos baixados para prejuízo | 9.338 | 6.674 |
| Provisão para PLR, Bônus | 768 | 636 |
| Provisão para contingências (nota 12) | 5.675 | 3.784 |
| Provisão para perdas em bens não de uso (nota 7) | 993 | 603 |
| Perdas em bens não de uso baixados para prejuízo | 1.465 | 274 |
| Provisão Marcoprev | 29 | 15 |
| Base de cálculo para Imposto de renda | 59.933 | 54.056 |
| Provisão para Gratificação Administradores na Contribuição social | 543 | 566 |
| Base de cálculo para Contribuição social | 60.476 | 54.622 |
| Impostos diferidos - Imposto de renda (25%) | 14.983 | 13.514 |
| Impostos diferidos - Contribuição social (15%) | 9.071 | 8.193 |
| Ativo fiscal diferido | <u>24.054</u> | <u>21.707</u> |
| Ativo circulante (classificado em "Outros créditos") | 5.110 | 3.344 |
| Realizável a longo prazo (classificado em "Outros créditos") | 18.944 | 18.363 |

c. Movimentação

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------|---------------|
| Saldo anterior, em 31 de dezembro | 21.179 | 19.192 |
| Crédito tributário líquido constituído/(revertido) no semestre | 2.875 | 2.515 |
| Saldo atual, em 30 de junho | <u>24.054</u> | <u>21.707</u> |

d. Expectativa de realização dos créditos tributários: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

| | 2015 | 2014 |
|----------------|---------------|---------------|
| Período | | |
| 2014 | - | 983 |
| 2015 | 2.718 | 4.017 |
| 2016 | 6.603 | 7.625 |
| 2017 | 2.259 | 8.567 |
| 2018 | 11.233 | 515 |
| 2019 | 31 | - |
| 2021 | 562 | - |
| 2022 | 648 | - |
| | <u>24.054</u> | <u>21.707</u> |

O valor presente do crédito tributário, em 30 de junho de 2015, calculado com base na taxa média de captação de 13,65% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 18.162 (R\$ 17.367 em 2014) à taxa de 10,90% a.a.). **16. Limite operacional (Acordo da Basília):** As instituições financeiras estão obrigadas a manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/94, do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 30 de junho de 2015, o índice do Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados do Banco era de 18,86%, superior ao índice mínimo exigido pelos normativos, que é de 11%. **17. Outras despesas administrativas:**

| | 2015 | 2014 |
|--|--------------|--------------|
| Despesas de processamento de dados | 384 | 312 |
| Despesas com localização e funcionamento | 364 | 339 |
| Despesas de propaganda e publicidade | 120 | 178 |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | 283 | 299 |
| Despesas de serviços técnicos especializados | 331 | 434 |
| Despesas de viagem no país | 216 | 297 |
| Depreciações e amortizações | 150 | 144 |
| Custas judiciais e cartorárias de bens retomadas | 148 | 191 |
| Outras | 56 | 80 |
| Total | <u>2.052</u> | <u>2.274</u> |

18. Despesas tributárias:

| | Aliquota | 2015 | 2014 |
|---|----------|--------------|--------------|
| Programa de integração social (PIS) | 0,65% | 192 | 175 |
| Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) | 4,00% | 1.182 | 1.074 |
| Imposto sobre serviços (ISS) | 5,00% | 30 | 21 |
| Outras despesas tributárias | | 141 | 16 |
| Total | | <u>1.545</u> | <u>1.286</u> |

19. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:

| | 2015 | 2014 |
|--|----------------|------------|
| Rendas de garantias prestadas | 199 | 302 |
| Reversão provisões operacionais com veículos apreendidos | 1.938 | 490 |
| Reversão provisões para contingências fiscais e trabalhistas | 83 | 140 |
| Despesas com veículos apreendidos (bens não de uso) | (343) | (143) |
| Despesas com perdas ações judiciais | (58) | (13) |
| Descontos concedidos | (3.638) | - |
| Provisão atualização ação Pis/Cofins | (1.625) | - |
| Provisão de veículos apreendidos (bens não de uso) | (970) | (106) |
| Provisão para contingências fiscais e trabalhistas | (320) | (341) |
| Total | <u>(4.734)</u> | <u>329</u> |

20. Resultado não operacional:

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------|--------------|----------------|
| Despesas não operacionais | (612) | (1.371) |
| Receitas não operacionais | 310 | 188 |
| | <u>(302)</u> | <u>(1.183)</u> |

Valores referem-se principalmente a resultado na alienação e baixas de bens não de uso (bens retomados ou recebidos em dação de pagamento).

21. Partes relacionadas: a. Transações e saldos - O Banco não possui saldos com partes relacionadas em 30 de junho de 2015 e 2014. Foram pagos a título de ressarcimento de despesas administrativas o valor de R\$ 40 (R\$ 33 em 2014) no exercício para a Marcopolo S.A. **b. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global a ser pago no exercício a título de remuneração dos Administradores. Na Assembleia Geral Ordinária de 27 de março de 2015 foi aprovada a remuneração global anual da administração no valor de até R\$ 1.200. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2015 ocorreram despesas no valor de R\$ 928 (R\$ 983 em 2014), conforme segue:

| | 2015 | 2014 |
|--------------------------|------------|------------|
| Remuneração - pró-labore | 380 | 355 |
| Eercargos sociais | 85 | 80 |
| Benefícios agregados | 463 | 548 |
| | <u>928</u> | <u>983</u> |

A reunião do Conselho de Administração de 12 de maio 2014 ratificou a Política de Remuneração dos Administradores alinhando com as determinações da Resolução nº 3921/10 do BACEN. **c. Outras informações** - O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Conforme legislação em vigor não foi concedido financiamentos, empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho, e respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau. **22. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é patrocinador da Marcoprev - Sociedade de Previdência Privada, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída em dezembro de 1995, cujo principal objetivo é conceder benefícios complementares aos da Previdência Social aos empregados do Banco. No primeiro semestre de 2015 foi despendido em contribuições o montante de R\$ 98 (R\$ 85 em 2014). O regime atuarial de determinação do custo e contribuições do plano é pelo método de capitalização. É um plano misto, de "benefícios definidos" onde as contribuições são de responsabilidade exclusiva do patrocinador, e de "contribuição definida" onde as contribuições são do patrocinador e do participante, de forma opcional. O Banco Moneo apresentou ajuste a valor presente das obrigações atuariais na data-base 31 de dezembro de 2012 e desde então adotou, em conjunto com a Marcopolo, o procedimento de revisão de avaliação atuarial do Plano de Pensão e benefício pós-emprego trimestral, sendo que os seus efeitos registrados e apresentados no período a ser divulgado. Não há existência de efeitos da adoção do CPC 33 (R1). Os valores relacionados aos benefícios pós-emprego foram apurados em avaliação atuarial do primeiro semestre, conduzida pelos atuários independentes Towers Perrin Forster & Crosby Ltda., e estão demonstrados conforme abaixo apresentado:

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------|----------|
| Valor presente das obrigações atuariais total ou parcialmente cobertas | (2.289) | (1.573) |
| Valor justo dos ativos do plano | 2.244 | 1.593 |
| Restrição de limite de ativo de benefício definido | - | (20) |
| Ativo (Passivo) líquido calculado | <u>(45)</u> | <u>-</u> |

a. A movimentação do passivo líquido atuarial é como segue:

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------|-------------|
| Passivo líquido no início do exercício | - | (492) |
| Ganho (perda) reconhecida | (54) | 16 |
| Despesas no ano | (63) | (81) |
| Contribuições reais da empresa no ano | 72 | 65 |
| Passivo líquido provisionado não revertido no período | 16 | 477 |
| Passivo líquido não provisionado no período | - | - |
| Passivo líquido no final do semestre | <u>(29)</u> | <u>(15)</u> |

Despesa líquida com o plano de pensão e de benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a funcionários:

| | 2015 | 2014 |
|--|-----------|-----------|
| Despesas | | |
| Custo de serviço corrente | 72 | 89 |
| Juros sobre a obrigação atuarial | 121 | 91 |
| Remuneração dos efeitos reconhecimentos em ORA | (126) | (95) |
| Contribuições de funcionários | (4) | (4) |
| | <u>63</u> | <u>81</u> |

As principais premissas atuariais na data do balanço são:

b. Hipóteses econômicas:

| | Percentual ao ano | |
|------------------------------|-------------------|-------|
| | 2015 | 2014 |
| Taxa de desconto | 11,75 | 12,27 |
| Taxa de crescimento salarial | 8,36 | 8,56 |
| Inflação | 5,20 | 5,40 |

c. Hipóteses demográficas:

| | 2015 | 2014 |
|-----------------------------------|----------|------|
| Tábua de mortalidade | AT 2000 | - |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RFB 1983 | - |
| Tábua de entrada em invalidez | RFB 1944 | - |

O Plano de Pensão Marcoprev é avaliado anualmente e atualizado com base nos indicadores do ano anterior. A última Avaliação atuarial segundo as regras do IFRS (International Financial Reporting Standards) foi concluída em 16 de julho de 2015 e realizada pelos atuários independentes Tower Watson Foster & Crosby Ltda. **23. Estabelecimento de risco: a. Risco Operacional** - O Banco Moneo atende às determinações dos órgãos reguladores, bem como visando aprimorar seus controles internos, desenhando uma estrutura para gerenciar o risco operacional ao qual o Banco está exposto. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais inerentes aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas do Banco. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, a qual visa garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura deste gerenciamento é suportada por: Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretor Responsável pelo Gerenciamento

do Risco Operacional, Agentes de Compliance, Área de Compliance e Auditoria Interna, conforme dispõe a Resolução CMN nº 3.380/06. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **b. Risco de Mercado** - De acordo com a Resolução CMN nº 3.464/2007, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma Instituição Financeira. Dentre as várias posições que podem sofrer flutuação nos valores de mercado, o Banco Moneo somente possui os riscos de operações sujeitas à variação das taxas de juros. A gestão de riscos de mercado consiste no processo de identificação e avaliação dos riscos existentes ou potenciais, e no seu efetivo monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível com os riscos incorridos. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Tesouraria e Operacional, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretor de Crédito e Cobrança. Também fazem parte desta estrutura: Área de Compliance, Gerência Administrativa e Financeira e Auditoria Interna/Externa. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **c. Risco de Crédito** - A estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito do Banco, visa garantir a aderência às leis, regulamentos e normas vigentes e adotar as melhores práticas de Gerenciamento do Risco de Crédito, em consonância com as recomendações da Resolução CMN no 3.721/2009. A estrutura contempla o gerenciamento contínuo e integrado do risco de crédito ao qual o Banco está exposto, buscando a identificação, mensuração, controle e mitigação do risco de crédito. O Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, composto pelos diretores e membros do Conselho de Administração do Banco, revisa e aprova anualmente a Política de Gerenciamento do Risco de Crédito, visando garantir o cumprimento do modelo de gestão de risco utilizado pelo Banco. A estrutura desta área é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Crédito e Cobrança, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Crédito e Cobrança e Área de Compliance. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **d. Risco de Liquidez** - O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva a identificação, a avaliação, o monitoramento e controle dos riscos que podem impactar sua liquidez, em conformidade com as disposições da Resolução CMN no 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é composta pelo Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos, Diretoria de Crédito e Cobrança, Compliance e Gerência Administrativa e Financeira. O processo de gerenciamento de risco de liquidez está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Crédito e Cobrança, Área de Compliance e Gerência Administrativa e Financeira. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **e. Gerenciamento de Capital** - O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto, em conformidade com as disposições da Resolução 3988/2011. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco. A estrutura compreende os seguintes órgãos e áreas: Conselho de Administração, Comitê de Estratégias Operacionais do Banco, Comitê de Controles Internos e Riscos e Diretoria de Crédito e Cobrança, Área de Compliance e Gerência Administrativa e Financeira. A descrição completa da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Banco encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico www.bancomoneo.com.br. **Relatório de Riscos (Consolidado)** - O Banco Moneo disponibiliza em seu site www.bancomoneo.com.br relatório contendo informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) da Instituição, tanto sob o aspecto quantitativo como qualitativo, conforme disposto na Circular 3.678/2013 do Banco Central do Brasil. **24. Instrumentos derivativos:** O Banco não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos. **25. Seguros:** O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para seus valores e bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **26. Eventos subsequentes:** Em 21 de maio de 2015 foi publicada no diário oficial da União a medida provisória nº 675 que elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), de 15% para 20%, aplicável às instituições financeiras. As disposições dessa medida provisória entrarão em vigor a partir do dia 01 de setembro de 2015, o impacto no Banco Moneo será vigente a partir de 01 julho 2015 decorrente da apuração trimestral.

Porto Alegre, 14 de agosto de 2015.

Conselho de Administração

Mauro Gilberto Bellini - Presidente do conselho
José Rubens De La Rosa - Vice presidente do conselho

Diretoria

José Antonio Vallati - Diretor administrativo e financeiro
Fabio Dahlem da Rosa - Diretor comercial
José Fernando Bettoni - Diretor de crédito e cobrança

Contador

Cleber Alexandre Bernart
CRC/RS 81.323/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Moneo S.A.

Caxias do Sul - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais Banco Moneo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras - A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Moneo S.A. em

30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Demonstrações do valor adicionado e resultado abrangente** - Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) e resultado abrangente elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pelo Banco. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 14 de agosto de 2015.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Segueiro
Contador CRC SP-244525/O-9 TR-SS